



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 85

Sessão Ordinária de Dezembro

3.ª Reunião de 27-12-2004

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de dois mil e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, António Fernando Ribeiro Martins, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Maria Isabel Almeida Velada, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Luís Paulo Pinheiro Tavares, Fernando Vieira Ferreira, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Armando Manuel Dinis Vieira, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Carlos Mário de Magalhães Anileiro e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira, Pedro Manuel Ribeiro da Silva (chegou às 22:00 horas) e Ângelo Pereira Pires (chegou às 22:40 horas).

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 76.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais Maria Teresa Fidélis da Silva e Mário Manuel Borges Pereira Pinto, pelos sucedâneos António Fernando Ribeiro Martins e João Pires da Rosa, respectivamente.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves e Victor Manuel da Silva Martins, se fizeram substituir, nesta reunião, por André Bastos Malva Quinteiro e Luís Paulo Pinheiro Tavares, respectivamente. Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 2. – RECONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE AVEIRO.

O Presidente da Mesa deu início à eleição dos cidadãos designados pela Assembleia Municipal, para a reconstituição da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro. Interpelados que foram os líderes de bancada, indicaram à Mesa os nomes abaixo nomeados:

Pelo PS – *Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes*

Pelo PPD/PSD – *Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete*

Pelo CDS/PP – *Maria José Teixeira de Morais Afonso França*

Pelo PCP – *Rosa Maria Simões Correia Gadanho*

De seguida o Presidente da Mesa declarou eleitos os nomeados pelos partidos, para que entrem imediatamente em funções na Comissão, não se verificando qualquer objecção do plenário.

(Entrou na sala o Vogal João Pires da Rosa)

PONTO 3. – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2005

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 29/11/2004, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu gostaria de fazer um ponto prévio à Mesa.

A propósito deste ponto eu gostaria de perguntar à Mesa se confirma (uma vez que a acta da Câmara Municipal é omissa), se confirma que os documentos que nós temos na nossa posse são aqueles que foram aprovados pela Câmara Municipal de Aveiro?”

Presidente da Mesa

“O que eu vos confirmo foi o que vos comuniquei. Pedi para ser distribuído a todos os membros os documentos essenciais e aos representantes das bancadas a “coleção” – a coleção é “aqui este calhamaço”. Foi distribuído o que recebemos da Câmara e depois houve aí um aditamento qualquer, já não sei o quê. Todos os documentos disponíveis foram entregues”.

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“É que a acta da Câmara em que há a aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, não refere quais foram os valores que foram aprovados, nem em termos de despesas (divididas por despesas correntes e de capital) e as respectivas receitas (correntes e de capital); e o montante global. Penso que são dados importantes que deviam estar na acta e que não estão! Há valores que são públicos e que já surgiram na Comunicação Social por parte de artigos de opinião dos Senhores Vereadores e que não correspondem aos valores que nós temos aqui para aprovação!?”

*É só por isso que duvido ou pelo menos questiono a Câmara e a Mesa, neste caso a Mesa que recebeu os documentos, se realmente estes documentos que nós temos aqui presentes foram aqueles que na realidade foram aprovados na reunião de Câmara?
Outro facto, é que este documento ao contrário daquilo que sucedeu no ano passado, este documento só vem assinado pelo Senhor Presidente da Câmara e não vem assinado por todos os senhores Vereadores!? São estes os factos.”*

Presidente da Mesa

*“Os documentos foram entregues tal e qual vieram. Quanto à validade da deliberação da Câmara, os Vereadores tomaram a posição que entenderam tomar e a acta tem o mérito que tem; não penso que seja nula porque remete para documentos anexos.
Não creio muito que tenham sido apresentados documentos anexos em reunião de Câmara diferentes daqueles que nos tenham sido depois enviados — porque isso era uma coisa muito grave (porque era um crime de falsificação) e eu presumo a seriedade da Câmara.
Portanto, esses documentos que os Senhores Deputados, particularmente os cabeças de partido receberam, são aqueles que foram apreciados em reunião da Câmara e sobre os quais os Vereadores se pronunciaram da maneira que entenderam.
Se devia ou não haver referências particularizadas e numéricas, directamente na acta da Câmara, a lei não o obriga. Portanto podemos considerar que a acta é medíocre ou omissa, mas não é nula. Não tem vício suficiente (em meu entender) para ser considerada nula ou porventura anulável, mas nula não é com certeza.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu peço desculpa de voltar a insistir. Mas nos documentos que nos foram entregues temos uma previsão de receitas correntes de cinquenta e quatro milhões de euros de previsão de receitas de capital de sessenta e dois vírgula nove milhões de euros, e não é aquilo que os Senhores Vereadores usando os documentos que foram aprovados na Câmara dizem que os documentos que foram aprovados na Câmara referiam. Estou a falar das receitas: as receitas são semelhantes, as despesas é que não são.”

Presidente da Mesa

“Vai me desculpar, mas eu já entendi e a Assembleia já entendeu. Há divergências e a pergunta é esta: essa divergência não está plasmada na acta, apenas nos artigos de opinião.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Exactamente por isso é que eu queria saber quais foram os documentos aprovados na Câmara. Se foram aprovadas as despesas correntes de cinquenta e três milhões ou de cinquenta e dois milhões vírgula oito?”

Presidente da Mesa

“Não faço ideia nenhuma, nem tenho que fazer. Agora o Senhor Presidente da Câmara vai explicar se houve alguma divergência e se houve qual e porquê? Pode ter havido.”

Vogal António Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Dá-me licença? É que por acaso eu tenho aqui o documento que foi aprovado na Câmara e o Deputado António Coimbra tem razão. Os documentos são diferentes.”

Eu acho que isto é um problema menor, mas acho que é revelador da forma como são feitas estas coisas. (apesar de não ser muito menor, mas infelizmente é assim). Tenho aqui um documento que me foi entregue por um Vereador da Câmara quando acabaram a discussão e foi aprovado. Foi sobre ele que eu ajudei e estivemos a fazer a declaração de voto que entregou posteriormente — estes foram os documentos que entregaram na Câmara!

Posteriormente nós recebemos este documento no qual eu trabalhei. São factos e contra isso não há dúvidas e os valores não correspondem. Foi aqui levantado o problema e eu fui verificar – por acaso tenho aqui os documentos; posso mostrar a todos se quiserem estão aqui.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente da Mesa. Eu registo com preocupação aquilo que está a surgir nas intervenções dos Senhores Deputados – uma clara preocupação. Entretanto, lamento, que apesar de ser um dever dos Senhores Vereadores comparecerem às sessões desta câmara, não me parece que esteja nenhum Vereador presente que possa ajudar a esclarecer este imbróglio?

Por outro lado, do ponto de vista formal, aquilo que nos basta perguntar é: saber se a Câmara assume a responsabilidade dos números que nos apresenta? Tanto mais que assumiu, que nos enviou.

E o não corresponder àquilo que foi aprovado na Câmara é fundamentalmente um problema dos senhores Vereadores e é na Câmara que têm que questionar.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Começando por esclarecer a dúvida suscitada, para dizer duas ou três coisas. Eu não sei exactamente a que desconformidade é que os senhores deputados se referiram (Senhor Granjeia eu não estou a duvidar que ela exista, só estou a dizer exactamente que não sei qual é a desconformidade). O que eu gostava de sublinhar à Assembleia, para que não houvesse nenhuma dúvida sobre a legitimidade formal e substantiva do documento que foi submetido, é que este documento foi validado pelos Vereadores. Já tivemos várias reuniões de Câmara e depois disso nenhum dos Vereadores levantou ou impugnou o que quer que fosse. E devo dizer, senhores deputados, que nós trabalhamos num clima e numa relação de boa-fé na Câmara. Houve pequenas verbas cujo valor só foi conhecido mais tarde e foram comunicadas aos Vereadores. Estou-me a lembrar por exemplo da verba relativa à delegação de competências das juntas que foi comunicada oralmente — e foi dito que seria incluída. Agora, o que nós não podíamos prever de facto era que a declaração de um dos senhores deputados fosse feita pelo senhor deputado António Granjeia e com isso ele tivesse acesso a um documento que assumidamente na Câmara seria objecto de alguns aperfeiçoamentos. Mas de modo nenhum, por parte de nenhum Vereador, estava em causa qualquer alteração das opções políticas e financeiras que estão plasmadas no documento que está submetido a esta Assembleia. É só isso.

Portanto, se quiserem perceber a forma de trabalhar de boa-fé que os Vereadores têm sabido manter entre si, independentemente das sensibilidades e respeitar isso, excelente. Realmente a acta consagra a única versão válida, que é a que foi remetida para esta Assembleia.

O Dr. Granjeia teve acesso a um documento intercalar, que foi objecto de alguns ajustamentos. Ajustamentos esses que foram na mesma reunião comunicados aos senhores Vereadores.”

Membros da Assembleia

Vogal António Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Para mim isto não é nenhum grande problema. A única questão – e eu nem me tinha apercebido disto (sou franco), apercebo-me neste momento depois de terem posto o problema. Portanto, eu nem sequer estou a levantar nenhum problema sobre isto. Agora, o que eu acho incorrecto é dizerem, dizer-se ou quererem levantar o problema, dizendo que não há diferenças. É óbvio que há diferenças! Nem sequer está em causa a boa-fé dos documentos terem feito isto e depois terem dito alguma coisa posteriormente.

Agora, como nós temos às vezes pouco tempo para trabalhar, começamos a trabalhar mais cedo — isto não é mal nenhum! E também não é mal nenhum, as pessoas conversarem e falarem sobre isto, acho que até é um bem. Aliás, é pena que a Câmara não ponha estes documentos publicamente, depois de os aprovar. Porque assim os municípios não podem vê-los na Internet. Alias, é pena que a Câmara não nos dê em formato electrónico para nós podermos trabalhar. É pena isso!

A questão é que há uma diferença grande e eu não sei onde é porque não andei aqui à procura onde é que é. Obviamente, que há-de ser justificável como é óbvio; eu não estou a pôr em causa o documento. Eu não acho correcto é trazerem-se estes argumentos para aqui — acho incorrecto. Agora, eu apenas constatei um facto e pude reforçar aquilo que o senhor deputado do PSD disse e que de facto é verdade.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu acredito que o Senhor Presidente da Câmara diga, e de boa-fé, que realmente a Câmara trabalha de boa-fé. Mas esta acta não revela essa boa-fé quando se diz que o senhor Presidente da Câmara não deu tempo aos senhores Vereadores para estudarem os documentos e que realmente não tinha grande expectativa de que os votos do PSD fossem favoráveis, e por isso não é preciso verem com mais antecedência os documentos — significa que estes documentos foram vistos pelos senhores vereadores do PSD à posteriori. E foi à posteriori exactamente, que confrontámos os documentos dos senhores Vereadores com os documentos que nós já tínhamos recebido. E é aqui que vimos que havia diferenças.

Agora, eu gostaria realmente que houvesse essa boa-fé. E essa boa-fé passava pelos documentos terem sido analisados porque é exactamente para isto que serve a oposição.

Perguntava o senhor vereador do PSD, no artigo de opinião que fez, e fez um artigo de opinião, porquê? Porque não teve oportunidade de dizer na Câmara e de fazer a sua análise na Câmara. Porquê? Porque recebeu os documentos em cima da hora. Então veio para os jornais fazer a sua apreciação. Para que é que serve a oposição? Serve exactamente para isto.

Neste sentido, gostaria só de pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que nos explicasse então qual é a diferença entre o documento aprovado pela Câmara e o documento que nós temos aqui presente? Se o Senhor Presidente da Câmara quiser eu posso explicar-lhe, mas se calhar era importante que fosse ele a explicar.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O senhor Presidente da Mesa já colocou a questão concreta e de uma forma que pode ser resolvida expedita. E não adianta estarmos com mais desvios para aqui, para acolá. Está neste papel, estava a ver naquele. A pergunta é simples, Senhor Presidente: o Senhor Presidente da Câmara que esclareça, se realmente este documento que está aqui em discussão, se foi ou não o aprovado em reunião da Câmara? Porque se foi, devemos

continuar os trabalhos; se não foi penso que vossa excelência Senhor Presidente tem o dever de mandar isto tudo para trás para ser corrigido.

Se o Senhor Presidente se responsabilizar e disser assim: “este foi o documento apresentado” — nós não temos mais do que confiar. Se não foi, não vamos cá com meias tintas — “foi ou não foi”; porque isto não é nenhuma brincadeira. É um documento sério e seja a diferença de dez escudos ou de um escudo (como o Dr. Raúl Martins em tempos pôs aqui a questão quando nós estávamos no poder). Portanto, é só essa a questão.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

A

“Sobre esta questão já foi tudo dito. Já toda a gente percebeu que este documento foi validado politicamente — agora estamos em matéria de opinião. E as opiniões são todas respeitáveis. Mas não tenho (que seja do meu conhecimento), nenhum Vereador que ponha em causa a fiabilidade do documento que foi remetido a esta Assembleia. E devo dizer-lhe que interpelei directamente o Vereador do PSD presente: “se com mais alguns dias para estudar o documento, isso seria útil para reformular ou repensar o seu sentido de voto?” ao que ele me respondeu que: “não. Que não valia a pena dispor desse tempo!”

Mas encerrando esse assunto e começando a apresentação do documento. Estamos de facto perante o último Plano e Orçamento deste mandato, em que por um lado nós procuramos fazer corresponder a actividade económico-financeira da Câmara à realidade recessiva que se sente no país. E, por outro lado, dar continuidade a alguns investimentos que são estruturantes e fundamentais para o futuro e o desenvolvimento de Aveiro independentemente dos ciclos eleitorais que marcam o nosso mandato.

Um desses investimentos que é fundamental para o futuro de Aveiro é o parque escolar. E paulatinamente, aos poucos, e espero que no próximo ano seja qual for o executivo municipal, Aveiro aposte muito seriamente nessa matéria. É a reformulação e a estruturação de todo o parque escolar, o que tem vindo a ser feito aos poucos, como é do conhecimento de todos.

Neste Plano e Orçamento para este ano consagram-se verbas importantes. Não apenas para a construção dos novos jardins-de-infância, mas também para as recuperações ordinárias que um conjunto de estabelecimentos sempre terá que beneficiar, e apoios financeiros importantes para o funcionamento corrente dos agrupamentos escolares, quer na componente específica das refeições dos alunos, quer no apoio de projectos pedagógicos que eles desenvolvem connosco.

Na Acção Social, queria sublinhar a construção de vinte e duas habitações sociais em Cacia. Num contexto em que o Governo não tem o crédito à habitação social disponível para as autarquias locais, e nós estamos a fazer esse esforço contra essa adversidade. A conclusão do Centro de Dia de Eixo, de S.ta Joana, a construção do de Eirol, e o apoio muito significativo que continuamos a prestar às IPSS do concelho e às nossas corporações dos bombeiros. Penso que será o ano, dois mil e cinco, depois de todas as vicissitudes públicas que são conhecidas. A propósito do Centro de Saúde de S.ta Joana, da respectiva conclusão, e esperemos também que o Governo do país possa honrar os seus compromissos no que respeita à construção do Centro de Saúde de Esgueira e das Unidades de Saúde de Cacia e de S. Bernardo — promessas há muitos anos feitas e há muitos anos adiadas.

Na área da Cultura, está concluída a obra do Centro Cultural de Esgueira. É o ano de a pôr a funcionar e, portanto, vamos ter uma actividade intensa — assim o esperamos em Esgueira. Mas um pouco por todo o concelho, a programação que aí se apresenta, julgo que é muito estimulante: temos um festival de bandas de música e de artes de rua; a bienal de cerâmica; uma mostra de urbanismo e de arquitectura; a arte no século vinte e um — a continuação dessa iniciativa.

E já aqui falámos na última Assembleia portanto não vou referi-lo de novo, a continuidade da Orquestra Filarmónica das Beiras — esperemos até com outro fulgor. Isto, evidentemente, sem esquecer a actividade também muito intensa e de grande qualidade que tem sabido manter o Teatro Aveirense. E aquela que as nossas colectividades amadoras desenvolvem. E muitas delas, agora, na Casa da Cultura Fernando Távora, como também aqui já na última reunião foi sublinhado.

No que respeita ao desporto o relevo vai para três empreendimentos. Concluído que está o estádio, os acessos, e a respectiva incidência financeira dessas duas grandes obras, vamos acreditar que é o ano em que a Pista de Remo pode arrancar. E também, os pavilhões gimnodesportivos de S.ta Joana e de Nossa Senhora de Fátima.

No ambiente. Eu gostava de destacar o esforço que vamos fazer para conseguirmos finalmente construir os parques urbanos de Esgueira junto ao Carramona e da Baixa de Sá-Barrocas. São projectos de que há algum tempo se fala e que ainda não houve oportunidade de concretizar; bem como os parques de merendas de Requeixo, Eixo e Eirol; a requalificação da Ribeira de Esgueira, tudo isto tem projecto, tem candidatura, esperemos que os financiamentos necessários possam vir a permitir a sua concretização.

Ao nível de acessibilidades. É patente e todos temos testemunhado o enorme esforço de reabilitação de toda a rede viária do concelho. E cada mês que passa as freguesias mais periféricas vão vendo esse benefício chegar. O objectivo é chegarmos ao fim do mandato com umas das melhores redes viárias do concelho e dotada de saneamento — e isso é um bem que vai ser tão ou mais valorizado, quão difícil foi suportar de facto estes meses de estradas esburacadas e em mau estado.

De resto, temos novos arruamentos e novas avenidas a serem rasgadas. Está em construção e quase pronto o túnel sobre a estação da linha do norte, e temos em construção já a avenida da nova estação. E em concurso e próximo da adjudicação, a avenida das Agradas do Norte, a Alameda da Universidade na Agra do Crasto; e a Avenida S.ta Joana.

Será também o ano (assim o espero) da entrada em funcionamento do ferry-boat para S. Jacinto; e no âmbito do programa POLIS, o ano da conclusão do mercado Manuel Firmino; e também da conclusão do arranjo urbanístico entre o canal de S. Roque e o IP 5; das pontes pedonais e rodoviárias que já lá estão em construção e da terceira fase da recuperação dos muros dos canais urbanos, de forma a ficarmos com toda a rede de canais devidamente qualificada e recuperada para os próximos cem anos.

No quadro das empresas municipais, destaque para a empresa do Parque Desportivo de Aveiro. Está a decorrer o concurso para a abertura do capital à iniciativa privada. O concurso foi um sucesso, como é do conhecimento geral, e as três propostas estão agora a ser apresentadas. O parque vai portanto entrar numa nova fase e temos fundadas expectativas designadamente o campo de golfe, que possa rapidamente vir a concretizar-se.

Foi criada a empresa que vai gerir o Parque de Feiras e Exposições e, portanto, é também o ano de arranque dessa nova experiência de gestão de bens municipais; criada, também, a empresa de transportes, a empresa de mobilidade, que é também uma experiência nova. É portanto um ano de transição, em que nesta matéria, nestas diferentes áreas, nós apostamos em novos modelos de gestão de bens ou de serviços públicos, e são apostas que esperamos ganhar.

Em consonância com os Senhores Presidentes de Junta que tiveram um ano de grandes dificuldades, como teve a Câmara, como teve todo o país, tornamos a ter um Orçamento que aposta na recuperação económica e acredita que ela irá acontecer. E que as transferências do Estado serão atempadas para as autarquias de forma a que nós possamos também continuar com o apoio financeiro extraordinário que damos às nossas Freguesias. E se olharem apenas para os valores, é um ano em que este Orçamento até atinge um novo máximo nas verbas que são transferidas a título da Delegação de Competências para as

Freguesias. Julgamos que é uma atitude cheia de vantagens as autarquias nestas pequenas obras, em que nós conseguimos ou podemos delegar essas competências, fazem-nas melhor, fazem-nas mais depressa e porventura mais baratas. É uma aposta que se tem revelado de grande utilidade. Portanto, é uma atitude e uma política de reconhecimento para com as Freguesias que é para continuar.

Temos vindo a investir fortemente na qualificação profissional dos nossos funcionários, da sua progressão na carreira, no facultar de condições de trabalho e de instalações que lhes permitam sentir-se bem realizados profissionalmente, mas sobretudo que os habilite a prestar um serviço público de grande qualidade. E também há, evidentemente, o reflexo financeiro desse esforço que tem vindo a ser feito e que também todos, julgo, são capazes de reconhecer. Em termos mais numéricos e só duas ou três pinceladas uma vez que teremos depois oportunidade durante a discussão de analisar mais em pormenor. Estas Grandes Opções do Plano atingem o montante no plano plurianual de investimentos de quarenta e oito milhões, setecentos e sessenta e sete euros; nas actividades mais relevantes vinte e nove mil cento e trinta e sete, o que dá um total de setenta e sete milhões, novecentos e cinco, para um orçamento global de cento e dezassete milhões de euros.

E deixem-me só destacar algo do lado da despesa, algo que ainda não referi, que é a conclusão da rede de saneamento. Se conseguirmos a aprovação do financiamento para a Freguesia de Oliveirinha (falámos nisto aqui talvez há dois anos ou três), Aveiro ficará com todas as suas Freguesias dotadas da rede de saneamento. Há pequenas bolsas, situações pontuais que os nossos serviços estarão em condições de resolver directamente, o que faz com que Aveiro possa de facto vir a atingir em dois mil e cinco com a entrada em carga em dois mil e seis, a taxa absolutamente notável de noventa e oito por cento da rede de saneamento. Portanto, é um trabalho que tem vindo a ser feito de uma forma discreta, penosa às vezes para as populações, mas que traduz a qualidade de vida que queremos oferecer aos aveirenses a todos os níveis, a que eu gostava de encerrar esta apresentação.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

“Este documento que o Senhor Presidente da Câmara referiu, é este que foi entregue aos senhores membros da Assembleia. Tem que ser porque eu não recebi outro.

Quanto ao que se passou na Câmara ou deixou de passar eu devo dizer o seguinte: o Presidente submeteu à discussão do Executivo os documentos em epígrafe – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2005 da Câmara Municipal e serviços Municipalizados de Aveiro. São estes que estão aqui.

Se devia vir mais ou menos desenvolvido — é possível que devesse vir mais desenvolvido, nomeadamente com rubricas das Grandes Opções do Plano, designadamente com as grandes verbas do orçamento, mas a lei não obriga a isso.

Em matérias de declarações de voto, diz aqui que, os vereadores Dr. Joaquim Marques e Eng.º Ângelo Pires apresentaram a seguinte declaração de voto, e diz assim, a meio da folha: “... assim, analisámos o documento das GOP, que já não corresponde aquilo que hoje nos é presente.”

Só que aquele que foi votado foi aquele que hoje lhes foi presente. Se houve um rascunho, um apontamento, um projecto, um ante-projecto e que foi alterado, isso é outra conversa?!

“... hoje nos é presente”, foi aquilo que foi votado e aprovado. E aquele que “hoje nos é presente”, para mim (e em princípio), é este que depois foi entregue à Assembleia.

Não tenho elementos para pensar que seja diferente.

Esses mesmos Vereadores disseram o seguinte: “quanto ao documento do orçamento, nem falamos, pois só agora nos foi presente.”

Quanto a este, se foram detectadas divergências em relação a não sei quê, só mais tarde isso poderia ter sido constatado.

Em suma, em relação às Grandes Opções do Plano, o que estes Vereadores dizem é que há dois documentos reais e um virtual. Dois reais: um foi um estudo, um projecto, um texto final que lhes tinha sido apresentado; o outro documento real é aquele que “hoje nos é presente”. O que hoje nos é presente não será certamente igual ao que será distribuído à Assembleia. Há portanto, no dizer destes Vereadores, três documentos; dois reais, um de que tinham tido conhecimento; outro, que foi o que foi votado e aprovado em reunião de Câmara... e porventura, admitiam que viesse a haver um terceiro.”

Quanto ao documento do Orçamento “... não falamos, porque apenas foi entregue na hora”; há uma queixa de informação.

O estatuto de oposição obriga a que a oposição seja informada, não diz com que antecedência, não sei se sessenta minutos é pouco... Parece que o Presidente da Câmara se dispunha a dar mais tempo, mais um dia ou quê, porque reclamava o Vereador Joaquim Marques efectivamente mais tempo para análise.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) – Pedido de esclarecimento nos termos do artigo 31.º do Regimento:

“Quería fazer um pedido de esclarecimento.

Entre o documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara de Aveiro, aprovado na Câmara e o documento presente na Assembleia Municipal há pelo menos uma diferença de 630.000€ (seiscentos e trinta mil euros). A questão que se levanta é uma questão de legalidade, uma vez que serão aprovados dois documentos diferentes!

Qual será o documento oficial? O que foi aprovado pelos Vereadores ou o que será eventualmente aprovado pelos membros desta Assembleia?”

Presidente da Mesa

“A Dr.ª Maria Antónia terá carradas de razão, mas isso é apenas um depoimento não fundamentado.

O documento que nós temos hoje aqui é o que consta deste simpático pacote documental — e é sobre esse que vamos discutir e aprovar. Se houve outros ou se neste há divergências em relação ao que quer que seja, os senhores vereadores poderão discutir isso. E a Assembleia também poderia discutir isso se essa alegação estivesse comprovada, e não está.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Acho que deveria ser o Senhor Presidente da Mesa e não eu, por isso sugiro, se não se importa, fazer registar em acta que de facto este documento só nos é apresentado com a assinatura do Senhor Presidente da Câmara.”

Presidente da Mesa

“Não vale a pena registar em acta, porque o documento fica arquivado. Se tem uma assinatura é a que fica, se tem duas ou três são as que estão — eu nem vi quantas assinaturas. Estes documentos estão aqui, não há que registar nada em acta.”

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, falar das Grandes Opções do Plano e do Orçamento da Câmara para dois mil e cinco é sempre um assunto delicado, complicado e confuso. Só bancadas que no seu seio reúnam pessoas tecnicamente preparadas poderão sentir-se bem a discutir esta

matéria. E essas bancadas têm de ter conhecimentos de Economia, de Direito, do Ambiente, da Área Social, de Contabilidade, de Matemática, do Trabalho, etc.

Sabemos, e não devemos fingir, que discutir números, Orçamentos, é sempre muito mais complicado para a maioria das pessoas. As portas das nossas escolas e universidades em inquéritos televisivos feitos, mostramos a nossa fragilidade com números e ignorância com tudo o que se relacione com eles, com a economia, com a matemática etc.

Coisas simples como um balanço, um balancete, o Deve e o Haver, Conta Activa ou Passiva; estão ausentes da memória de muitos. Até mesmo a arroba, um quintal, um quarteirão, um quilómetro, um hectare etc., é para muitos uma coisa de que já ouviram falar.

Geralmente a maioria das pessoas socorre-se dos “outros”, de uns poucos que se entendem bem com isso. Com “eles” dissipam-se algumas dúvidas, compreende-se parte dos porquês das coisas e fazem-se cábulas! Infelizmente fragilíssimas e inconsistentes cábulas que a maioria das vezes quando puxamos por elas nos deixam ficar mal e, sujeitam-nos ao ridículo, quando nos servimos delas. Isto a propósito Senhor Presidente, das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara para dois mil e cinco.

Como se poderá perder tempo a criticar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e cinco, quando esta Câmara até hoje, quase religiosamente, tem cumprido tudo o que se tem comprometido fazer. Não será verdade que em qualquer orçamento empresarial, em qualquer orçamento familiar que seja, não se tem de fazer engenharias financeiras? Quem é que não o faz? Que mal tem isso, que mal advém daí?

Depois, outros há, que confundem a sua função e tentam erradamente imitar aqueles polícias que todos conhecemos, com muitas arrobas de carne em cima do esqueleto, com cérebros de ratitos da lenha, cuja função pedagógica que por obrigação das suas funções deviam ter, põem-nas de lado, trocam-nas, repudiam-nas, e vegetam escondidos nas sombras das estradas à procura de infracções ou hipotéticas infracções, para que no fim do dia o chefe lhe passe a mão por cima do costado!

Não será muito mais limpo, consciente e honesto, estar no meio da luz, imbuídos de boa vontade, compreensão e tolerância, a aplicar a lei quando a infracção ou o infractor lhes aparece pela frente?

Senhor Presidente, quero poupar tempo e dinheiro a esta Assembleia e é minha intenção fazer só esta intervenção, pelo que peço a sua tolerância em mais um ou dois minutos que demore a fazê-la.

Esta Câmara vai reforçar a sua actividade social. Vai apostar mais na viação rural abrindo grandes vias que ligam a cidade ao campo, logo às freguesias mais rurais. Está a requalificar a Av. Dr. Lourenço Peixinho, que era uma coisa inconcebível para muita gente. As vias de comunicação das freguesias mais afastadas da cidade vão ser devidamente repavimentadas. Vai proceder à conservação de edifícios tão importantes como a casa do Major Pessoa e o Mercado Manuel Firmino onde as obras decorrem já a grande ritmo. A capela de São Tomás Aquino vai ser para satisfação da cidade e dos aveirenses devidamente recuperada. Vai continuar esta Câmara a debruçar a sua atenção ainda mais na Ria para que ela seja sempre e cada vez mais o orgulho de todos os Aveirenses. O saneamento básico vai atingir os 100% em todo o concelho. Vai continuar a apoiar os Bombeiros da nossa cidade, criando-lhes melhores condições de trabalho e dignidade. Vai continuar a apoiar os Bombeiros da nossa cidade, criando-lhes melhores condições de trabalho e dignidade. Vai continuar a dar mais e melhores condições para as nossas crianças com novos jardins e parques de infância em todas as freguesias, para que elas cresçam de uma maneira mais feliz.

A Filarmónica das Beiras que toda a gente considerava um sonho perdido continua a funcionar graças ao empenho desta Câmara, que se compromete a endividar todos os esforços para que ela continue.

A pista de remo outra esperança de muitos anos tem já aberto o concurso público e vai ser outra realidade.

As obras que se fazem junto do Canal de S. Roque valorizam cada vez mais aquela zona da cidade e toda a cidade em si.

Os parques de estacionamento subterrâneos a construir, o Teatro Aveirense, o Centro Cultural de Esgueira, a nova Junta de Freguesia da Vera Cruz, o Parque Escolar e tanta e tanta coisa que não vou estar aqui a enumerar permite-me dizer desde já Senhor Presidente que por mim nesta sessão tudo ficaria aprovado para que a Câmara continue a dar sempre e cada vez mais as melhores condições de vida a todos os Aveirenses. Por tudo isto Senhor Presidente, em consciência nada me obsta a que vote a favor da aprovação deste ponto.

Hoje serei muito breve e finalizando Senhor Presidente, permita-me apenas dois apontamentos sobre a vida nacional que condiciona sempre a vida das autarquias.

No meio da desgraça em que vive o país há também tempo para momentos hilariantes. Reporto-me ao pedido de demissão do ex-ministro Nobre Guedes dum governo que já é ex-governo de que ele já foi demitido e de que se demitiu outra vez. Ou seja, o ex-ministro demitiu-se de ex-ministro, de um ex-governo que já é ex-governo!

O segundo apontamento é muito mais sério e como trabalhador duma instituição e representante de uma bolsa muito dilatada desses trabalhadores, não posso deixar de manifestar o meu mais vivo repúdio. Refiro-me à atitude do Senhor Ministro das Finanças que alienou o fundo de pensões dos empregados da CGD, para fazer face à má e incompetente gestão do governo PSD/PP, que não se preparou atempadamente para se defender de défices que estavam anunciados há longa data.

O Senhor Ministro das Finanças na sua incapacidade de resolver o problema começou por atacar a sua ex-colega Ferreira Leite, que diz mais ou menos isto: que lhe faz as contas com ele, mas só depois das eleições, para não prejudicar ainda mais o PSD.

Depois atacou a Banca, porque a banca não lhe deu crédito — como é habitual fazê-lo a quem tem mau nome na praça. De seguida o senhor Presidente da República que nada tem a ver com isso não é poupado às suas críticas.

Na continuação da procura de culpados, que não encontra, atira-se a Bruxelas como se não soubesse há muito, de como eram as regras.

Por fim, ataca os Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, e aqui infelizmente não foi só conversa de uma pessoa incompetente e incapaz de lidar com os números e com as contas públicas.

O Senhor Ministro das Finanças, com um ar de beato, e num discurso tipo nacional-socialismo mentiu a toda a gente, principalmente às estruturas dos trabalhadores da caixa, com quem se comprometeu numa reunião a não usar o seu Fundo de Pensões.

Como é que foi uma atitude patriótica o que fez, se andou a esconder de tudo e de todos durante dias as intenções? Isso é uma atitude nobre e patriótica?

Que “raio” de patriotismo é esse que não é entendido por ninguém nem pela própria Administração da CGD que se demitiu em bloco?

Senhor Presidente, para terminar mesmo, em dois segundos deixe-me contar rapidamente um episódio.

Há umas décadas atrás, um ilustre político, quando elucidava o povo das diferenças que havia entre a democracia e o fascismo, alguém o questionou com a seguinte afirmação: “No tempo do fascismo também havia pessoas honestas e pessoas inteligentes”. A resposta dessa ilustre figura foi a seguinte: Efectivamente no tempo do fascismo havia pessoas honestas e pessoas Inteligentes, simplesmente os honestos não eram inteligentes e os inteligentes não eram honestos.

Quase 30 anos passados, hoje, este pensamento aplica-se aqui como uma luva, considerando as devidas interpretações sobre a honestidade.

Para que não haja dúvidas sobre aquilo que disse, peço Senhor Presidente que esta minha intervenção fique transcrita em acta. Disse.”

Presidente da Mesa

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) – Protesto nos termos do artigo 32.º do Regimento:

“PROTESTO – *Vou dizer à posteriori e porque sou disciplinada, tenho tido o cuidado de guardar os temas nacionais de política de que eu também gosto de tratar, no Período de Antes da Ordem do Dia, quando a sessão começa. Portanto, tenho tido esse cuidado, e embora eu seja da oposição tenho tido esse cuidado de não perturbar os trabalhos e de respeitar as regras do funcionamento da Assembleia.*

O Senhor Presidente, Dr. Carlos Candal, às vezes corta-nos a palavra quando entende que o conteúdo não se adapta ao ponto que está a ser tratado; e eu estava à espera que o Senhor Presidente fizesse o mesmo quando a intervenção do orador anterior passou a extravasar do ponto da ordem de trabalhos, e de uma crítica ou de uma análise ou de uma apreciação ou de um elogio que está no seu papel de fazer.

A minha intervenção é no sentido de que realmente não concordava, e que não estava a ir de acordo ao critério que o Senhor Presidente tem tido nesta Assembleia.

Mas uma vez que deixou a intervenção ir até ao fim, eu agora, mesmo à posteriori, não quis deixar de fazer uma espécie de não de ponto de ordem, mas de protesto.”

Presidente da Mesa:

“E fez muito bem. Só que em meu entender não tem razão. Tem razão quando diz que o orador saiu manifestamente fora do ponto da ordem do dia. Também tem razão, embora seja muito raro que eu diga aos deputados oradores que estão a sair da ordem do dia. Mas nunca o fiz, quando o orador antecipa o seu discurso dizendo: “Isto que eu vou dizer, reporta-se ao âmbito nacional, mas é importante em termos de Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara”.

Eu fiquei à espera dessa explicação, dessa justificação, até ao fim.

Depois desta advertência eu não podia interromper o orador. Fiquei à espera que ele fizesse essa ligação. Devo reconhecer que não fez e, portanto, fez um aproveitamento indevido deste ponto da ordem de trabalhos, para fazer uma intervenção de cunho nacional. Não é a primeira vez que isso acontece; não será a última, nem daí virá mal ao mundo, embora a Assembleia seja assim mal conduzida — admito que talvez devesse ter interrompido.

Acreditei que houvesse a tal justificação. Não veio a haver.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Antes de um primeiro apontamento, um pedido de esclarecimento: o mapa que a Câmara é obrigada a inscrever nestes documentos, relativo ao endividamento, prevê o mapa: três virgula quatro milhões de euros de amortização de empréstimos de médio e longo prazo. Entretanto, na página cento e cinquenta e seis, onde se faz o destaque das despesas, o item “Empréstimos de Médio e Longo Prazo”, prevê uma verba de despesa (portanto, de amortizações porque os juros são considerados noutra lado) de quatro virgula cinco milhões de euros. Portanto, há aqui uma diferença entre o que está no mapa e o que está no corpo do Orçamento, de um milhão, que eu necessitava de perceber porque sou relativamente leigo nesta matéria!?”

Posto isto, a primeira questão que queria colocar é a seguinte: tem a ver com o método de aprovação e os incidentes ocorridos na Câmara e relatados na comunicação social e perceptíveis nas declarações de voto dos senhores Vereadores do PSD e do CDS/PP.

É óbvio, em meu entender, se as coisas se passaram como são contadas na imprensa e como são transmitidas nas declarações de voto, eu não hesitaria em classificar o comportamento do Senhor Presidente da Câmara de ilegal e anti-democrático. Porque de facto a lei obriga a procedimentos que não foram seguidos – daí o ilegal e o anti-democrático. É que independentemente da lei poder não obrigar, parece-me que uma norma prática que deveria existir num órgão colegial como a Câmara Municipal, que documentos desta natureza e desta dimensão devessem ser distribuídos e facultados com alguma antecedência.

Portanto, sobre esse problema faço questão de repetir aqui aquilo que já escrevi num órgão de comunicação social, sem deixar de verberar também os senhores Vereadores em causa, por colaborarem nesta atitude! Portanto, eu penso que se a sua indignação era do tamanho da declaração de voto, deviam exigir o cumprimento da lei. E a lei é muito clara: “a ordem do dia é distribuída com dois dias de antecedência e os documentos que informam a ordem do dia devem acompanhar a distribuição da ordem do dia”. Portanto, se isso não foi cumprido os senhores Vereadores pura e simplesmente deviam invocar esse princípio para obstar a votação.

Penso que é muito mau, facultando a lei a possibilidade de existência de um regimento também na Câmara Municipal, de não haver ainda esse regimento — problema dos senhores Vereadores de não ter sido cumprido esta norma dos dois dias de antecedência, portanto, expressa na lei das autarquias locais.

Quanto ao essencial, confesso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que ano após ano de gestão desta maioria é cada vez menos interessante a discussão do Plano e do Orçamento. Acima de tudo porque repete um comportamento que já foi por nós criticado há anos atrás e que não teve qualquer alteração. Podem dizer que é a “cassete” acerca do Plano, mas essa cassete, é obrigatoriamente a réplica da manutenção do mesmo tipo de cassete no Orçamento da Câmara.

É tão simples quanto isto: mais uma vez, no ano que está a terminar, tivemos um Orçamento de cento e vinte e quatro milhões de euros; e a treze de Dezembro, tinha arrecadado quarenta e três virgula cinco milhões. Ora, vamos ter uma execução orçamental na ordem dos quarenta por cento, daquilo que nos foi apresentado como grande plano para dois mil e quatro. Portanto, não faz sentido discutir coisas que tem um tal desfazamento da realidade. Não faz sentido!

O Senhor Presidente apresenta-nos agora um Orçamento ligeiramente inferior: em vez dos cento e vinte e quatro milhões, apresenta-nos agora para 2005, cento e dezassete milhões de euros de previsão de receitas!? Mas o que é que há de previsão de alteração da situação perante o ano 2004 em que se arrecada cinquenta milhões já é muito!? Como é que é possível para o ano arrecadar cento e dezassete milhões? Como é que é possível? Não é possível! É absolutamente impossível.

Já seria um Orçamento optimista se a Câmara viesse aqui e apresentasse setenta milhões, oitenta milhões; não chegava lá, mas..., era a tal ponta de sonho que às vezes é preciso introduzir neste tipo de discussão. Mas de setenta milhões para cento e dezassete milhões, vai muito milhão de diferença.

Dir-nos-ão assim: ah! Não faz mal. É uma fantasia e tal... É uma fantasia que faz o “Senhor dos Anéis” ou o “Shrek”. É uma fantasia tão grande que de facto é isso que se passa.

Agora, aquilo que é grave e que nós temos repetido ao longo destes últimos anos, é que isto não é inócuo. Esta técnica de sob-orçamentação não é inócua. Produz efeitos negativos para o concelho. Em primeiro lugar, não faz sentido discutir as Grandes Opções do Plano, quando se sabe que não vai haver verba para metade dessas opções.

É assim, mete-se tudo sem se definirem quais são as prioridades — não faz sentido discutir! Eu não vou discutir. Não vou discutir se em vez de esta obra devia ser aquela..., não faz qual sentido porque nada é para cumprir.

E também alertar, que apesar de haver esta diminuição, há uma verba que se prevê a subida — que é a verba dos “Impostos Directos” cobrados pelo município. Não é por acaso que dentro de um quadro de descida prevista pela Câmara, prevê-se um aumento dos impostos directos que são cobrados aos cidadãos.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta questão não é inócua (e repito aquilo que já disse no ano passado), porque ao prever-se todas as despesas, todas as despesas estão autorizadas mesmo que depois não hajam receitas para as cobrir!?

Portanto, a sob-orçamentação é o caminho para a dívida. É o caminho para o agravamento da dívida. Daí que esta questão não é inócua e por isso não a podemos aprovar.

Disse um senhor Vereador aqui presente em artigo de opinião, que o PSD de Ílhavo votaria a favor do Orçamento de Aveiro. Tive alguma curiosidade e fui ver o Plano de Ílhavo e as suas votações e cheguei à conclusão que o Vereador do PS de Ílhavo não poderia ter outra posição se não a de votar contra o Orçamento de Aveiro. Disse o Vereador João Bernardo do PS: “as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2005, são um documento sem credibilidade, sem estratégia, e sem sustentação financeira; pelo que não nos restou outra alternativa se não a de votar contra”.

Ora, pela falta de sustentação financeira das Grandes Opções do Plano de Aveiro, não nos pode restar outra posição se não a de votar contra.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

B

Vogal Dores Topete (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O discurso do Deputado Terra Sêca fez-me lembrar que há exemplos muitíssimos oportunos. Foi o caso do exemplo que apresentou acerca do polícia cujo comportamento tem por finalidade as palmadinhas amigáveis do chefe ao fim do dia de trabalho.

Senhor Deputado Terra Sêca, depois da sua actuação desta noite tem as palmadinhas garantidas e mais um “lugarzito” na próxima lista do PS.

Continuando eu queria ler um documento do meu companheiro João Carlos, que não está, está ausente por estar doente, que tinha feito uma intervenção que eu subscrevo e por isso vou ler:

«Se existe um epíteto com o qual poderíamos identificar a Câmara de Aveiro, esse seria, certamente, a Câmara dos quarenta por cento.

É eticamente criticável que, um orçamento que cria esperanças a tantas instituições, municipais, Aveirenses, seja pouco realizado.

Até poderá ser politicamente interessante, e conveniente, apresentar valores irrealistas e objectivos irrealizáveis, pretendendo assim falar, para memória futura, de obras de papel e no papel. Mas, acreditamos, todos a quem toca este Orçamento e as Grandes Opções, certamente sabem distinguir o virtuosismo dos números apresentados pelo executivo camarário, da crua realidade.

E a realidade é esta:

A Câmara de Aveiro tem uma taxa de execução orçamental abaixo dos cinquenta por cento.

Estes números, no limite, querem dizer que daquilo que nos foi prometido na campanha eleitoral que conduziu ao estabelecimento do governo socialista na Câmara de Aveiro, foi cumprido menos de metade.

Ou seja, metade das promessas eleitorais, ficaram na gaveta!?

Não quero crer que os meus colegas e amigos socialistas se tenham comprometido politicamente com orçamentos anteriores sem que antes tenham pesado as consequências de tal acto.

Também não quero crer que os orçamentos e as grandes opções do plano, não tenham repercutido o programa do partido socialista para o quadriénio que irá terminar no próximo, se o repercute, isso significa que têm vindo, insistentemente, a cumprir metade do que prometeram.

A panóplia de obras que nos aparece nos documentos engrandece o volume de folhas do dito. Acreditamos, sendo justos, que vários objectivos foram cumpridos, ... também mal era que tal não tivesse acontecido, mas continuará a ser a Câmara dos 45%.

Mas este Orçamento já vem coxo ... democraticamente falando, desde a reunião da Câmara de vinte e nove de Novembro.

Parece-nos, acreditando na versão que nos foi contada, que, mais uma vez houve documentação entregue à última da hora, impossibilitando a análise cuidada, atenta e ponderada.

Acresce que, parece, a Oposição pode, na opinião do Executivo e retirando as lógicas ilações do que foi veiculado para a opinião pública, deixar de existir, evaporar-se, ir pregar para outra freguesia (desde que a freguesia não seja do partido socialista), porque a opinião já não é valorizada e até já se conhece o sentido de voto com antecedência.

A valorização da opinião, por mais irritante e até insequente que possa ser, é fundamental para um estado democrático e, em particular, para um executivo camarário democrático.

Quero crer que, sobre esta matéria o Senhor Presidente ponderará.

Mas quanto às Grandes Opções do Plano para 2005, constata-se que as verbas mais significativas referem-se a obras já terminadas ou a concluir brevemente!? Constatando o cumprimento de obrigações e apostando fortemente no que pode dar, a curto prazo, votos.

Veja-se o documento Grandes Opções do Plano, na sua Introdução, quando afirma que, cito «Dentro de seis meses o concelho vai ficar todo infraestruturado e com suas vias principais e secundárias reabilitadas». Ou noutra situação, quando afirma que vai, agora, avançar com a «preocupação social, nomeadamente a criação de habitação».

De facto a miríade de projectos está lá — a sua concretização fica por realizar.

As dívidas a Fornecedores continuam a ser uma pedra no sapato deste Executivo. Continuamos a considerar tal acto moralmente incorrecto e continuamos a solicitar que nos informem sobre o tempo médio de cumprimentos das obrigações financeiras.

Pese embora a recuperação que já se sente, não pode ser eterna desculpa da Câmara de Aveiro querer associar politicamente ao Governo a impossibilidade de cumprir o que tinha prometido aos aveirenses.

Se porventura fosse este o motivo, a Câmara deveria ter moderado a despesa ao longo destes últimos anos, evitando sobrecarregar os munícipes».”

Vogal José Costa (PS)

Vogal Vítor Marques (CDS/PP)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

C

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Eu queria congratular-me pela forma como decorreu esta análise do Plano e Orçamento para 2005. E agora percebo melhor aquele incidente inicial, porque de facto não havia grandes objecções de fundo e de substância às Grandes Opções. E, portanto, tentaram encontrar uma não questão para animar o debate.

Registo e gostava de sublinhar, não ouvi da parte da Oposição uma crítica ou a objecção a nenhum dos projectos que a Câmara apresentou a esta Assembleia. E portanto, fico muito satisfeito com isso. E a única crítica global que ouvi foi de facto o cepticismo em relação à nossa capacidade de arrecadarmos receita suficiente para cumprirmos o Plano que submetemos à vossa aprovação.

E portanto, estamos de acordo naquilo que é essencial – e ainda bem que assim é. E estamos também de acordo em relação aos projectos que não são tão estruturantes, mas que fazem parte deste ano; haverá divergências a políticas, mas divergências quanto à estratégia, quanto ao programa, quanto aos projectos, não ouvi aqui da parte da oposição nenhuma e isso é motivo de regozijo. É sinal de que Aveiro, independentemente das questões políticas que farão certamente que os votos divirjam, sabe estar de acordo naquilo que é essencial.

Depois, entrando aqui na análise de pormenor. Eu queria dizer ao Senhor Deputado Salavessa que há de facto uma diferença entre os três vírgula quatro milhões de amortizações no mapa de endividamento e os quatro vírgula e tal milhões no Orçamento. De facto, há uma diferença que tem a ver com um diferendo com o INH, que foi detectada pela bancada do PP e que nós temos vindo a negociar com eles e que reflecte de facto a diferença entre a amortização inicial e esse valor que agora está em diferendo. Esperamos que no quadro da renegociação que tem vindo a ser feita entre os imóveis do INH, do IGAT, e as autarquias, possa vir a ser ultrapassado.

Em todo o caso uma outra questão que preocupou também a generalidade das bancadas, foi a redução da receita arrecadada este ano – num ano que é de recessão como todos sabemos — e o Governo do PSD tem-no reconhecido bastas vezes, e na verdade isto também se faz reflectir nas contas da Câmara.

Mas queria para que todos tenhamos uma visão diferente e menos pessimista do ano que agora encerra e cujas contas finais só serão feitas obviamente em Março de dois mil e cinco, que em dois mil e quatro, nós estamos com um valor que aqui foi apodado de muito baixo, de quarenta e cinco milhões de euros, que é um valor superior àquele que foi despendido, que foi investido ou gasto no ano dois mil, que era um ano em que a economia ainda estava em alta e superior aos anos noventa e sete, noventa e oito, noventa e nove. Se exceptuarmos aqueles três anos que o nosso orçamento reflectiu o peso específico dos investimentos que foram necessários fazer para o EURO 2004, este valor com que vamos terminar dois mil e quatro é um valor que é superior a qualquer outro ano da história da Câmara Municipal de Aveiro. Mesmo numa conjuntura recessiva, nós conseguimos valores que são, aparte daqueles orçamentos excepcionais relacionados com o EURO2004 e com a construção do estádio, são valores sempre em progressão. E isto são bons sinais. São sinais de que apesar das dificuldades a Câmara Municipal de Aveiro conseguiu continuar a investir e a obra está à vista. Elas não se fazem sem conseguirmos arrecadar a receitas a as respectivas despesas serem feitas.

O Senhor Deputado Manuel Coimbra, certamente que detectou aí uma diferença no número de fogos: são vinte e um; (no meio é que está a virtude) não são vinte, nem vinte e dois, tem a ver com a oralidade. E de facto no programa do concurso inicialmente estiveram, creio, que vinte e dois. Afinal, são vinte e um estivemos a confirmar — estão em construção. O Senhor Deputado viaja pouco pelas freguesias não centrais e depois não vêem as obras que nós estamos a fazer nas freguesias mais periféricas. Cacia não é assim tão periférico... Mas estão em construção e a construção está a andar bem.

A verba que foi identificada para o Pavilhão Multiusos não é nenhum lapso. De facto o projecto foi feito (não a obra) e tem vindo a ser pago. É um projecto de altíssima qualidade. Estamos a falar de um investimento que estava projectado para, salvo erro, três milhões e meio de contos. Portanto os arquitectos e as equipas de projectistas têm honorários que são pesados e na época eram os honorários que se praticavam. É uma verba importante!

Esperemos que ele se faça. E como aí se diz na minha introdução, nós gostaríamos que ele se fizesse em parceria privada, com os privados. Porque realmente não há muitas verbas públicas que possibilitem uma obra desta envergadura. E os estudos que temos fazem-nos acreditar que os investidores privados agarram este projecto. Tem havido contactos, eles têm vindo a ser feitos. Hoje mesmo, tive uma reunião na sequência de uma outra que tinha havido e há de facto investidores que estão a olhar com atenção para este projecto, e pode ser que com a economia a melhorar eles arrisquem. É fundamental para Aveiro.

Os encargos financeiros. Houve realmente uma renegociação, nós temos tido essa preocupação também e ainda bem que assim é, e que é possível fazer, é sinal que o meio financeiro e a banca acreditam na Câmara de Aveiro, e conseguimos melhores condições do que aquelas que inicialmente estavam contratadas.

Quanto à venda de terrenos, toda a gente fica sempre muito angustiada por os terrenos aparecerem há três anos a esta parte os mesmos. Mas isso é sinal, por um lado da estagnação do mercado imobiliário, por outro lado é sinal de que ainda os temos. E portanto, que ainda temos património que pode ser mobilizado — e é claro que a receita tem que ser inscrita, não obstante as operações de “leaseback” e do “leasing”, porque a amortização dessa operação implica o recebimento dessa receita e por isso o facto de ela aqui aparecer.

O Mercado de Santiago é uma pequena explicação, toda a gente percebeu. Nós temos vindo a vender as lojas do Mercado; elas são susceptíveis de serem alienadas, não todo o Mercado evidentemente.

O empréstimo dos Serviços Municipalizados à Caixa Geral de Depósitos. Em bom rigor, de há um ou dois anos a esta parte fez-se aquilo que devia ser feito, os encargos financeiros são suportados pelos Serviços Municipalizados e, portanto, passou a figurar nas contas dos Serviços Municipalizados e não da Câmara Municipal.

Para concluir. Queria sossegar o Eng.º António Granjeira, dizendo-lhe que o PCP foi solicitado e o PP também foi chamado e esteve presente, num encontro comigo através do Dr. Miguel Capão Filipe. Portanto, isto tanto à esquerda como à direita, tenho muito gosto em confirmar que foram os dois chamados embora em pessoas diferentes — e lamento que não tenham comunicado entre todos!

Finalmente as despesas com a ACASA. Elas aparecem reflectidas, é uma questão de facto de ver, estão lá na página cento e trinta e três, rubrica zero um zero três zero um do Orçamento.

A Pista de Remo. Penso que continuamos todos a torcer por ela. A razão porque se inscreve uma verba não tão valente como a que já se inscreveu em anos anteriores, é que nós ainda não temos o financiamento garantido ao contrário do que chegou a acontecer na primeira fase deste projecto. E portanto, só depois de o conseguirmos é que estaremos em condições de acreditar que vamos conseguir fazer despesa superior há que aí aparece, despesa em obra. Se for necessário, se for necessário, certamente que alteraremos o Orçamento para esse efeito com o apoio de todas as bancadas estou certo disso.

Finalmente dizer ao Dr. José Costa, que promovemos uma sessão especificamente para a divulgação das potencialidades do mecenato junto dos nossos empresários a propósito do Teatro Aveirense. E que o nosso esforço financeiro que a autarquia faz com os resíduos sólidos em especial, mas em geral com todo o sector da limpeza (e Aveiro é conhecida por ser uma das cidades mais limpas do país), a verdade é que é uma factura pesada que nos impressiona a todos e que temos o propósito de resolver em termos económicos. É preciso repensar este modelo porque também não é sustentável aumentar mais as taxas para cobrir estes custos. Portanto, estamos a trabalhar nessa direcção, espero que possa haver outras pistas daqui a uns meses.

Gostava de concluir, respondendo à Sr.ª Maria das Dores Topete dizendo-lhe, que de facto se nós somos a Câmara dos 45%, a Oposição é a Oposição que só vê 20% daquilo que fazemos

e normalmente sublinham os 10% do menos bem que fazemos, e esquece os 90% do bem que fazemos — e com a escassez de recursos que são conhecidas.

Eu queria aproveitar para dizer, que só de SISA, e estávamos à espera que uma das últimas promessas do Governo do Sr. Primeiro-ministro Santana Lopes se concretizasse, que era a compensação dos municípios das verbas da SISA fosse concretizada. Estava à espera que o Pai-Natal trouxe-se essa prenda aos municípios; no caso do Município de Aveiro. E depois espantam-se que hajam dificuldades. O município de Aveiro perdeu nestes dois últimos anos cinco milhões de euros de receita por causa da redução da taxa da SISA e do IMI. E portanto, eu não tenho a esperança de ver essa compensação ser recebida pela totalidade, mas um bocadinho não seria mau. E mesmo assim, lá vamos conseguindo concretizar bastantes projectos e correspondendo às nossas solicitações.

Portanto, eu pedia a esta Assembleia que nestas condições, e dadas as explicações que foram pedidas, que aprovasse este Plano e este Orçamento.”

(Entrou na sala o Vogal André Bastos Malva Quinteiro)

Membros da Assembleia

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação, o ponto n.º 3 - Câmara Municipal – Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2005, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte votos a favor (PS19+IND1), três abstenções (PSD2+IND1) e doze votos contra (PSD7+PP4+PCP1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

“Os membros eleitos do grupo do PSD da Assembleia Municipal de Aveiro, votaram contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro para o ano de 2005, porque ao propor as expectativas de receita de dezassete milhões de euros e só ser possível realizar quarenta por cento, estão a criar falsas esperanças a muitas instituições, associações e munícipes aveirenses.

Quando as despesas fixas que não se podem deixar de realizar, como as despesas com o pessoal, despesas com o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, a iluminação pública, os juros dos encargos financeiros, as transferências para as juntas de freguesia, e as cotas de participação em sociedades se eleva ao montante de quarenta e cinco milhões de euros, não há margem para qualquer tipo de iniciativa credível de subsídios às instituições, a investimentos, ou à diminuição do passivo a curto prazo.

Este Orçamento mostra que o financiamento da Câmara Municipal de Aveiro vai durante mais um ano, utilizar o incumprimento das suas dívidas a terceiros, para encapotadamente se continuar a financiar e fazer obra que continua a reivindicar como sendo sua.

O grupo do PSD, considera que um Orçamento tão desfasado da realidade, desvaloriza as propostas constantes nas Grandes Opções do Plano, pois não estabelece prioridades, deixando ao livre arbítrio da Câmara a realização para agora, ou se calhar nunca, daquelas que deveriam ser as verdadeiras Grandes Opções do Plano para o município de Aveiro.”

Vogal António Salavessa (PCP)

“Votámos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e cinco, por estes documentos carecerem de verdade e de rigor — critérios que devem presidir à sua elaboração.

Votámos contra, porque a sua aprovação não é inócua. A sob-orçamentação que representam e que tem sido prática em todo este mandato, tem consequências muito negativas na vida do município.

Autorizando todas as despesas, sem que as receitas correspondentes sejam de facto garantidas, alarga-se a avenida da dívida e da derrapagem negativa das contas municipais.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

“Votámos favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, por entendermos que estes instrumentos são de molde a propiciar o crescimento sustentado do município de Aveiro, permitindo reforçar a centralidade de Aveiro como o pólo regional que nós pretendemos cada vez mais ver nele reconhecido.

Apesar da conjuntura adversa, Aveiro está pois, no bom caminho.”

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

“Votámos contra estas GOP e Orçamento de dois mil e cinco por:

Não ser manifestamente um orçamento de rigor como Aveiro mereceria, continuando a ser mais virtual do que real.

Porque as receitas continuam em parte a ser arranjadas para tamponarem as despesas, muitas vezes já realizadas e outras imaginárias e por essa via eleitoralistas;

Não apresentar qualquer novidade em relação aos anteriores;

Porque o Orçamento fica aquém das necessidades, mas continua a ir muito além das nossas possibilidades, aumentando o já alto nível de endividamento desta autarquia;

Porque não respondeu a muitas dúvidas que levantámos durante este debate, nomeadamente as referentes às verbas gastas com os RSU, com a sob-avaliação dos terrenos e os ónus sobre os mesmos, que representam trinta por cento das receitas previstas.”

De seguida, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando Presidente da Mesa deu por encerrada a terceira reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 29 de Dezembro (4.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 28 de Dezembro de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)